

Convênios

Confira nesta edição um resumo dos principais convênios firmados pelo Sindiagua com instituições da área de ensino, lazer, cultura e assistência odontológica.

Página 5

Lutar é preciso

2016 foi um ano de muita instabilidade. Crises de ordem política, hídrica e econômica têm abalado o País, atingindo nossa democracia e criando um forte ambiente de insegurança, especialmente para a classe trabalhadora que mais uma vez tem sido bastante prejudicada por uma conta alta que foi gerada de cima pra baixo.

Nós do Sindiagua nos posicionamos frontalmente contra as várias tentativas de fazer o trabalhador assumir os prejuízos da crise no País. Fizemos manifestações e paralisações importantes, como o protesto/ato de repúdio realizado na porta da Cagece em março deste ano contra a política de cortes de gastos da empresa. Não podemos esquecer também das mobilizações, paralizações e greves no interior e da participação de diretores da entidade em atos em defesa da democracia ocorridos em todo o País. São demonstrações de que o Sindiagua e a categoria do saneamento mantêm firme sua rica história de lutas.

As nossas mobilizações certamente nos ajudaram a atravessar um ano de extremas dificuldades. Mas uma luta bem maior precisará ser travada em 2017. Os pacotes de maldades do Governo Temer têm como objetivo a concentração de renda,



redução de direitos e retrocessos em conquistas que foram alcançadas a muito custo.

O retorno da política nacional de privatização voltou com força e pretende novamente atingir o saneamento. Como já divulgamos em boletins anteriores, o Ceará está na rota. Cabe a nós mais uma vez nos insurgimos frontalmente contra a privatização da água. Somente com a unidade e ampla mobilização de todos os trabalhadores e trabalhadoras poderemos nos contrapor a lógica que quer transformar a água que é de todos em lucro de alguns.

Vamos à luta!



Que esse Natal traga um ano de chuvas em nosso sertão e renove nossa luta por mais respeito e dignidade ao trabalhador(a), por um saneamento público de qualidade, por mais convivência com o semiárido e por justiça social!

Feliz Natal e próspero ano novo!

OPINIÃO

Privatizar o saneamento é estar na contramão

A onda de retrocessos que assola o País tem colocado em risco conquistas importantes que levaram anos para serem alcançadas. A reforma da previdência, a PEC 55 e o retorno das privatizações são apenas algumas das medidas que vêm sendo implementadas de cima pra baixo numa velocidade espantosa, sem tempo para qualquer reflexão, debate e sem passar pelo crivo popular, ameaçando reduzir drasticamente o acesso aos direitos mais básicos do cidadão, entre eles o direito à água.

Segundo noticiado pela imprensa, 18 estados teriam sinalizado interesse em participar do programa de privatização do saneamento do Governo Temer (PMDB), bancado com recursos do BNDES. O Ceará estaria nessa lista. Usar recursos públicos (que ajudariam as estatais a ampliar a rede de esgoto) para entregar a gestão da água à iniciativa privada é colocar o País na contramão da tendência mundial. Estudos apontam que, nos últimos 15 anos, 180 cidades de 35 países retomaram o serviço de saneamento das mãos da iniciativa privada, entre elas grandes capitais, como Paris, Berlim e Buenos Aires. Não faltam razões para explicar o crescimento dos casos de remunicipalização: aumento exorbitante das tarifas, demissões em massa, queda da qualidade do atendimento à população (especial-

mente a mais carente), falta de investimentos, danos ambientais e falta de transparência da gestão privada.

O atual cenário e a rica trajetória de lutas do Sindiagua fazem com que nos posicionemos firmemente contra esse projeto que tende a levar o Brasil à precarização do serviço público, aumento das desigualdades, redução de direitos e à privatização da água. O Sindiagua, juntamente com outros movimentos populares e sindicais do País, busca criar uma grande Frente Popular em Defesa do Saneamento Público para promover uma agenda de mobilizações e seminários que, certamente, terá adesão de importantes setores da sociedade e diversos atores políticos.

Aqui no Ceará, durante as eleições do segundo turno em nossa capital, o prefeito reeleito Roberto Claudio assumiu o compromisso público junto a vários dirigentes sindicais do setor de saneamento de se opor a qualquer tentativa de privatização da água. Queremos o mesmo compromisso do Governador do Estado.

Entregar o saneamento à iniciativa privada é fazer com que a água, um bem essencial à vida humana e cada vez mais escasso, seja transformado em mercadoria, fazendo com que a lógica do lucro se sobreponha ao interesse comum.



Jadson Sarto

Presidente do Sindiagua

Artigo publicado no jornal O Povo no dia 28/11/2016

Em assembleia geral, categoria aprova proposta de metas da Cagece para a PR

Durante assembleia geral realizada no dia 24/11, na sede do Sindiagua, os trabalhadores da Cagece aprovaram por quase unanimidade a proposta de indicadores da Companhia para o pagamento da PR (Participação nos Resultados). Não houve votos contrários à proposta, apenas duas abstenções.

Foram meses de discussão até o fechamento de um acordo entre a categoria e a empresa. A primeira proposta de margem EBTIDA apresentada pela Companhia foi de 21,75%. Com a rejeição do Sindiagua e dos trabalhadores, a empresa recuou e apresentou uma nova proposta para o indicador: 17,25%. A direção do Sindiagua convocou uma assembleia em setembro para avaliar e a categoria também rejeitou. Naquela ocasião, o levantamento da situação financeira da Cagece feito pelo Sindiagua não dava segurança de que seria uma

meta possível de ser atingida. As negociações seguiram. Houve uma reunião mediada pela SRTE e uma audiência com o presidente da Cagece, Neurisângelo Freitas.

O novo levantamento financeiro da empresa feito pelo Sindiagua e apresentado à categoria na assembleia do dia 24/11 mostrou que, faltando dois meses para fechar o balanço do ano, a situação financeira da Companhia teve uma sensível melhora e há uma maior segurança de que é possível atingir os 17,25% da margem EBTIDA. Fatores como a tarifa de contingência e o descontingenciamento de 6,8 milhões no mês de setembro deram uma folga de quase R\$ 60 milhões na margem EBTIDA.

“Os dados da Cagece mostram que a margem EBTIDA está com uma folga de 39% acima da meta. Como faltam dois meses para fechar o balanço financeiro anual, a categoria entendeu que o atingimento da meta está bem encaminhado. O

presidente da Cagece afirmou ainda não haver qualquer previsão de despesas eventuais que possam prejudicar o alcance da margem EBTIDA”, ressalta Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

Durante a assembleia, o presidente da



Assembleia foi realizada na sede do Sindiagua

entidade lembrou aos trabalhadores que havia necessidade de se chegar a um acordo para garantir a inclusão da PR e suas metas como aditivo no ACT. “Se não finalizássemos essa discussão, os trabalhadores não receberiam a PR mesmo que as metas fossem alcançadas, porque o benefício não constaria do Acordo Coletivo”, lembra.



PEC 55, reforma previdenciária, seca e privatização são discutidos em reunião do Conselho de Representantes

Os membros do Conselho de Representantes do Sindiagua se reuniram nos dias 1 e 2 de dezembro, na sede da entidade. Além de discutir as atividades do Sindicato e apresentar informes sobre as lutas, dificuldades e conquistas da categoria nos locais de trabalho, a reunião debateu temas relacionados à atual conjuntura política econômica do País. PEC 55, desaposentação, reforma da previdência, seca e privatização do setor de saneamento foram os principais assuntos debatidos.

“Trouxemos esses temas porque afetam diretamente o futuro do País, do nosso Estado e a classe trabalhadora. Era fundamental que houvesse um alinhamento das ideias, porque essas pautas representam um retrocesso e precisam ser combatidas”, ressaltou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.



Conselheiros votam no auditório do Sindiagua manifesto em defesa da Transposição do Rio São Francisco

PEC 55 diminui o papel do Estado

Em palestra durante a reunião do conselho de representantes do Sindiagua, o supervisor do escritório regional do DIEESE (CE), Reginaldo Aguiar, afirmou que a PEC 55, aprovada em primeiro turno no Senado no dia 29/11, limita o papel do Estado e desvincula direitos que estão garantidos na Constituição. Para ele, a justificativa de controlar a dívida pública não se sustenta, já que o texto do projeto não prevê mudanças na estrutura da arrecadação e nem promove ajustes nas despesas com juros.

O economista apresentou dados que contestam os argumentos utilizados pelos defensores do projeto, entre eles o de que o Estado gastou mais do que devia nos últimos anos. Segundo levantamento feito pelo Dieese a partir de números do Banco Central, de 1998 a 2013 a despesa primária do Estado sempre acompanhou as receitas. Somente a partir de 2014 (com o fraco desempenho do PIB, queda da arrecadação, elevação dos juros e o cenário de instabilidade política) a despesa primária passou a ser superior à receita total do País. “Estão usando um problema econômico conjuntural para mudar a estrutura do papel do Estado”, afirma Reginaldo.



Para ele, a aprovação da PEC, na prática, representa uma diminuição do Estado como indutor do desenvolvimento. O economista cita exemplos como o impacto do Projeto nas políticas sociais. “A PEC vai anular a validade dos artigos constitucionais que garantem a aplicação de mínimos percentuais da receita em saúde e educação”. O levantamento feito pelo DIEESE mostra que, se as regras da PEC 55 estivessem em vigor desde 2002, os investimentos do Estado em educação e saúde teriam sido 47% e 27% menores respectivamente.

Reginaldo lembra ainda que, caso haja descumprimento

SOBRE A PEC 55

- Projeto de Emenda Constitucional que congela os gastos públicos federais por 20 anos, limitando a reajustes anuais corrigidos pela inflação (IPCA.)
- Tramitou na Câmara dos Deputados com o nome de PEC 241
- Se as regras da PEC 55 estivessem em vigor desde 2002, os investimentos do Estado em educação e saúde teriam sido 47% e 27% menores respectivamente.
- Realização de concursos públicos e promoção de reajustes salariais podem se tornar inviáveis com a PEC 55

mento dos limites estabelecidos pelo Projeto, realizar novos concursos, promover reajustes salariais e alterar a estrutura na carreira no serviço público serão medidas inviáveis, o que faz com que a PEC abra caminho para outros pacotes de leis impopulares, como a reforma trabalhista e a legalização da terceirização das atividades-fim.

Reforma da previdência: mais um ataque aos trabalhadores

O advogado Jorge Queiroz, durante sua palestra na reunião do Conselho de Representantes, criticou os argumentos utilizados para justificar uma nova reforma da previdência. “Sempre se diz que a previdência não suporta pagar o que se paga hoje, mas o Governo ignora a ideia de melhorar o recolhimento, combatendo fraudes, inadimplência e sonegação”, afirmou. O advogado apresentou dados da Associação dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) que revelam um rombo superior a R\$40 bilhões de 2011 a 2013 com a sonegação das receitas previdenciárias.

Jorge lembrou ainda que o argumento do déficit para defender a reforma da previdência não leva em consideração outras fontes de receita garantidas e previstas na Constituição. “A Previdência integra a Seguridade, juntamente com Saúde e Assistência Social. Para esse conjunto da Seguridade há financiamento próprio, conforme a Constituição de 1988, por meio de impostos e taxas, como a Cofins e a CSLL, entre outros, tendo como base o Orçamento da União”, ressaltou. O advogado lembrou que a ANFIP tem estudos que revelam não haver déficit na previdência, e, sim, superávit.

Sobre a reforma da previdência do Governo Federal, Jorge ressaltou que trará prejuízos aos trabalhadores. Previsão que foi confirmada no dia 05/12, quando o Governo anunciou os principais pontos da reforma. Uma das mudanças é a que estabelece o mínimo de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição para poder se aposentar. Porém, esses 25 anos de contribuição dariam direito a só 76% do valor da aposentadoria. Para receber 100% do valor, o trabalhador terá, na prática, que contribuir para o INSS por 49 anos!

TRAIÇÃO AOS APOSENTADOS

O advogado Jorge Queiroz comentou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional a desaposentação (a possibilidade de o aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar). Para ele, o STF golpeou a chance de muitos trabalhadores conseguirem uma aposentadoria mais justa. “Os ministros só levaram em consideração a preocupação em onerar a previdência. Não se discutiu nem o direito do cidadão de renunciar a aposentadoria para reivindicar outra”, avalia Jorge. Segundo ele, com a decisão do STF, não é possível mais ingressar com novas ações de pedido de desaposentação, porém as existentes seguem tramitando já que a decisão do STF ainda não foi publicada. Ele acredita ser possível que alguma ação prospere, mesmo após a publicação.

PARA REFLETIR: A decisão do STF revela uma hipocrisia, já que para os juízes a aposentadoria é gorda e repleta de benefícios.

Privatização/PPP da água é projeto político das forças de direita

Em debate sobre conjuntura nacional durante a reunião do Conselho de Representantes, o vice-presidente nacional da CTB, Joilson Cardoso, ressaltou que as forças de direita do País aproveitaram os erros do governo do PT, o momento conturbado do País e a crise econômica para tomar o poder e implementar uma agenda política de retrocessos. “A crise da economia e a dificuldade do Governo em equilibrar as contas teve uma influência forte na conjuntura política. E há os erros políticos como o presidencialismo de coalisão que fez com que forças políticas conservadoras do PMDB crescessem na onda de popularidade do governo Lula”, avalia o dirigente sindical.

“Agora as forças de direita estão no poder e querem congelar o País por 20 anos. O que virá é muito cruel com a sociedade brasileira”, prevê. Sobre a privatização do setor de saneamento, Joilson lembra que no Rio de Janeiro (um dos estados que já demonstrou intenção em privatizar a companhia de saneamen-



to), os trabalhadores estão mobilizados. “Privatização é a usurpação do bem comum e resulta em aumento de tarifas e segregação social no acesso ao serviço público”, define Joilson. O sindicalista acredita que o momento é de união e resistência dos trabalhadores e elogiou a postura da direção do Sindiagua na condução das lutas da categoria.

O presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, lembrou

os passos que estão sendo tomados pela entidade sobre a questão, entre eles: a conquista do compromisso público do prefeito de Fortaleza assumido durante o segundo turno das eleições municipais em se opor a qualquer tentativa de privatização da água; a articulação do Sindiagua com outras entidades de classe de todo o Brasil durante o encontro no Rio de Janeiro que resultará em um Comando Nacional Sindical contra a privatização da água; o posicionamento público da entidade na imprensa e os questionamentos recorrentes feitos pelo Sindiagua em reuniões da Mesa de Negociação Permanente (MENP).

“Estamos buscando uma audiência com o Governador do Estado para ouvir qual o posicionamento dele. A partir disso vamos definir novos rumos na luta contra a privatização. Uma ideia que já está sendo formatada é a realização de um grande seminário com estudiosos de nível internacional”, afirma Jadson.

Sindiagua e trabalhadores lançam manifesto em defesa da conclusão imediata das obras de transposição do Rio São Francisco

No segundo dia de reunião do Conselho de Representantes, a direção do Sindiagua e os integrantes do colegiado foram ao Palácio da Abolição onde divulgaram manifesto público em defesa da retomada imediata das obras de conclusão da transposição do Rio São Francisco. O ato aconteceu em meio a um encontro promovido pelo Governo do Estado com prefeitos, autoridades do Estado, parlamentares, conselheiros comunitários, produtores rurais e representantes de várias instituições e da sociedade civil. Na ocasião, governador Camilo Santana apresentou as ações de segurança hídrica para amenizar os efeitos do quinto ano consecutivo de estiagem.

Sobre a transposição, o Governador afirmou ter realizado reuniões com o Ministério da Integração Nacional, o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o presidente Michel Temer (PMDB), propondo soluções para acelerar a obra, como o leilão reverso. O manifesto distribuído pelo Sindiagua foi bem aceito entre os participantes do evento. “Nesse momento, a transposição é uma necessidade urgente e todos os cearenses devem cobrar sua conclusão”, destacou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua. O manifesto critica a burocracia e falta de sensibilidade do Governo Temer (PMDB) com a seca no Nordeste. Confira o texto na íntegra:



TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO JÁ!

O Ceará atravessa uma das piores secas da nossa história, com seu 153 açudes monitorados estando com apenas 7,3% de volume médio. Na prática, isso significa que estamos chegando a um estágio em que as soluções possíveis de serem tomadas do ponto de vista emergencial - como adutoras, perfuração de poços, entre outras - podem, dentro de alguns meses, não ser mais capazes de evitar um colapso hídrico de graves proporções.

Este cenário - a aliado à possibilidade (já levantada pelos estudos meteorológicos) de entrarmos no sexto ano de seca - faz com que o término das obras de transposição do Rio São Francisco seja a única saída necessária e urgente para evitar uma situação de calamidade, em especial na região metropolitana de Fortaleza, onde um colapso no abastecimento de água prejudicaria 4 milhões de pessoas.

Diante do exposto, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio

Ambiente do Ceará (Sindiagua) - entidade que sempre se posicionou firmemente em favor de uma política de convivência com o semiárido e que tem uma rica trajetória em defesa da água como um direito humano - vem a público cobrar do Governo Federal e órgãos responsáveis a conclusão imediata dos 10% das obras que faltam para finalizar o trecho do Eixo Norte que liga o São Francisco ao Ceará.

Os sucessivos atrasos da obra e os casos de desvios de recursos públicos já prejudicaram demais a obra e a população, de modo que não se pode mais aceitar que entraves burocráticos impeçam a conclusão da Transposição que nesse momento é emergencial. A demora e a burocracia do Governo Temer (PMDB) em destravar as obras que se encontram paradas revelam insensibilidade diante da gravidade da seca, o que torna a situação hídrica ainda mais crítica no Ceará. Postergar ainda mais a obra, inclusive com novas licitações, é agir com irresponsabilidade frente ao povo cearense.

Convênios firmados pelo Sindiagua garantem benefícios aos associados

Ao longo de 2016, o Sindiagua investiu na formalização de convênios com entidades que atuam na área da saúde, lazer e educação com o objetivo de proporcionar benefícios sociais e oportunidades de qualificação profissional aos seus associados(as). “Os convênios possibilitam alternativas para um melhor cuidado com a saúde, formação profissional, além do acesso à cultura e ao lazer a todos os nossos associados. Tudo isso é muito importante para a qualidade de vida do trabalhador”, destaca Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

A iniciativa tem tido grande aceitação da categoria. “São ações que

deveriam fazer parte da política de recursos humanos do empregador junto aos seus funcionários. Com trabalhadores mais capacitados e com mais qualidade de vida, o empregador também sai ganhando. Mas sabemos que nem sempre isso acontece. Decidimos fazer nossa parte e isso segue a lógica da postura que o Sindiagua tem tido. Ao longo das últimas campanhas salariais, por exemplo, a direção do Sindicato demonstrou ter uma preocupação muito forte não apenas com o lado financeiro, mas também com o avanço das conquistas sociais que também fazem a diferença para a vida do trabalhador”, recorda Jadson. Confira abaixo um resumo de cada convênio firmado:



Momento em que foi assinado convênio com a Uniodonto



O convênio com a Uniodonto tem tido grande aceitação da categoria. O objetivo é oferecer ao associado(a) uma alternativa de plano odontológico. Visitas já foram feitas a vários locais de trabalho da capital e do interior para realizar a adesão e tirar dúvidas.

O plano tem abrangência estadual, mas em casos de urgência e emergência é possível ter atendimento no território nacional. O valor da mensalidade por beneficiário é de R\$22,00 (descontado em folha).

Para aderir ao plano é necessário apresentar cópia do comprovante de endereço, RG e do CPF do usuário. É permitida a adesão de dependentes, bastando que seja comprovado o parentesco que pode ser nos seguintes graus: esposo(a), companheiro(a), filho(a), enteado(a), pais, padastro, madastra, avó ou avô, bisavó ou bisavô, irmão(ã), tio(a), sobrinho(a), neto(a), sogro(a), genro, nora e cunhado(a).



Direção do Sindiagua se reúne com SESC para discutir convênio



A parceria com o SESC garante o acesso, com o mesmo desconto dado aos comerciários, a todas as atividades e programas oferecidos pelo Sistema, nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Para isso, basta o associado Sindiagua adquirir sua carteira do Sesc.

A hospedagem com desconto na Colônia Ecológica do Sesc Iparana, na Praia de Iparana (em Caucaia), é uma das vantagens que o associado Sindiagua pode desfrutar. O Sindicato já providenciou a entrega das carteiras. Aqueles que por algum motivo não receberem, devem entrar em contato com a entidade. Os dependentes (pais, cônjuge e filhos até 24 anos) também podem adquirir a carteira, devendo, para tanto, levar a uma unidade do SESC os documentos pessoais. A lista de documentos está disponível no site do Sindicato.



INBEC

O convênio com o INBEC - Instituto Brasileiro de Educação Continuada tem o objetivo de proporcionar desconto na mensalidade dos cursos promovidos pela instituição. Os interessados devem solicitar ao Sindiagua uma declaração de associado e apresentar (pessoalmente ou por e-mail) ao INBEC, juntamente com os seguintes documentos: diploma (frente e verso) ou declaração de conclusão de curso superior (quando exigido graduação); RG ou CNH; CPF; certidão de nascimento ou casamento; currículo vitae simples; 02 fotos 3x4; além da taxa de inscrição paga no ato da matrícula. Entre os cursos previstos para os próximos meses estão o de 'Aprimoramento em Projetos, Planejamento e Controle de Obras, voltado para engenheiros, arquitetos e tecnólogos na Construção Civil em formação ou já formados; e o de Especialização em Engenharia Diagnóstica. Mais informações no site www.inbec.com.br ou pelo fone (85) 3215.6400.

Sindiagua vai ao interior defender reivindicações da categoria

A diretoria do Sindiagua realizou novas visitas a cidades do interior do Estado com o objetivo de ouvir demandas dos trabalhadores e tentar solucionar impasses junto às direções dos SAAEs. Entre os municípios visitados no mês de novembro estão Canindé (onde a direção da entidade teve uma reunião com representantes sindicais), Madalena e Boa Viagem.

Em Madalena, os trabalhadores estavam há três meses sem receber salário. O Sindicato buscou uma



Visita à Madalena



Visita à Boa Viagem

negociação com a direção do SAAE e a situação do pagamento dos salários foi regularizada. Houve ainda o compromisso de efetuar o pagamento dos repasses do Sindiagua a partir de janeiro de 2017.

Já em Boa Viagem, o Sindiagua se reuniu com trabalhadores e direção do SAAE. Entre as dificuldades

enfrentadas pela categoria está o acúmulo de férias de alguns trabalhadores. O Sindicato cobrou formalmente a regularização da situação. Além disso, o Sindicato disponibilizou sua assessoria jurídica para orientar servidores que estão em dúvida quanto à aposentadoria. A cidade enfrenta severas dificuldades hídricas.

Campanha salarial na SAAEC

Os trabalhadores da SAAEC (Crato) aprovaram em assembleia e protocolaram junto à autarquia a pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano. A data base é novembro. As negociações já começaram.

2016 EM IMAGENS



Posse da nova diretoria



Protesto na porta da Cagece



Reunião com engenheiros da Cagece



Assembleia no SAAE de Iguatu



Campanha salarial - Cagece



Assembleia geral Cogerh



Visita SAAE Quixeramobim



Visita SAAE Jaguaribe



Mobilização na Câmara Municipal de Sobral



Mobilização no SAAE de Icó



Reunião com técnicos da Cagece



Visita SAAEC



Mobilização no SAAE de Ipu



Aprovação do PCCR do SAAE de Morada Nova



Visita Russas



Reunião do Cons. de Representantes



Compromisso do Prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio com a não privatização/PPP da água



Reunião na SRTE sobre PR da Cagece



Divulgação de manifesto em defesa da Transposição do São Francisco

NOTA DE PESAR

A direção do Sindiagua manifesta pesar e solidariedade pelo falecimento do Sr. Tancredo Wilson Alves de Souza, pai do companheiro Tancredo Wilson Alves de Souza Júnior (UNBBJ); do Sr. Edmundo Feliciano da Silva, pai da companheira Ivelise Siqueira Feliciano Fracalossi (Audin); e do Sr. Luiz Gonzaga Pereira (Luiz da Água), segundo presidente do SAAE de Morada Nova (1967 a 1982).

Comunicado de recesso

A direção do Sindiagua comunica que a entidade estará de recesso na semana entre Natal e do ano novo. Durante este período, os telefones dos diretores Antonio de Oliveira (99999.1322 / 98769.7037) e Ana Lúcia (99999.2741) e do presidente Jadson Sarto (99981.6962) estarão disponíveis para emergências.